



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

TERMO DE RESPONSABILIDADE SOBRE PESQUISA DE PREÇO

Eu, (*nome do servidor*), (*função/cargo*), SIAPE nº (*nº SIAPE*), declaro:

- Estar ciente de que a busca por propostas de fornecedores para instruir pedido de aquisição e/ou contratação não pode ser realizada por terceiros sem vínculos funcionais com a Universidade;
- Que não possui qualquer vínculo com as empresas participantes da pesquisa de preços.

Observação: As empresas interessadas no processo licitatório podem participar da pesquisa, sendo vedada a responsabilização destas pela coleta de propostas de outros eventuais interessados em participar do processo seletivo para a celebração de ajustes administrativos.

- Que a pesquisa de preços foi concluída em (*informar data da conclusão da pesquisa*).

Declaro, ainda, que a presente pesquisa de preço foi utilizada para a elaboração do valor estimado da contratação, devendo a data de sua conclusão, informada acima, ser considerada como data-base para efeito de reajustamento de preço do contrato, nos termos do Art. 92, § 3º da Lei nº 14.133/2021.

Assumo, pois, a responsabilidade quanto às informações prestadas e documentos que instruem o presente processo de contratação; firmando o presente Termo de Responsabilidade, de livre e espontânea vontade.

- **FONTE(S) DA PESQUISA DE PREÇO**

Observação: Poderá ser utilizado mais de um parâmetro, conforme o caso.

1) Por se tratar de aquisição de bens e contratação de serviços em geral, e de acordo com a IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 5º, a pesquisa de preço, conforme série de preços coletados constantes no Quadro Comparativos de Pesquisa de Preços (*informar nº SEI do quadro comparativo*), teve como fonte(s):

- Sistemas oficiais de governo, como o sistema Pesquisa de Preços do Portal de Compras do Governo Federal, conforme documento(s) (*informar nº SEI*).
- Contratações similares feitas pela Administração Pública; conforme documento(s) (*informar nº SEI*).
- Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, atualizados no momento da pesquisa, **contendo a data e hora de acesso**; conforme documento(s) (*informar nº SEI*).
- Pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação; conforme documento(s) (*informar nº SEI*). **Atesto ainda que a(s) referida(s) proposta(s) confere(m) com a(s) recebida(s) por e-mail.**

Justificativa da escolha dos fornecedores (IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 5º, IV): (*informar critérios para a escolha dos fornecedores pesquisados*).

- Base nacional de notas fiscais eletrônicas, de acordo com o disposto em Caderno de Logística elaborado pela SEGES/SEDGG/ME; conforme documentos (*informar nº SEI*).
- Considerando a impossibilidade de realização da pesquisa por meio dos parâmetros anteriores, foi utilizada a ferramenta Banco de Preços, tendo em vista tratar-se de um banco de dados alimentado com preços obtidos em licitações efetivamente contratadas pela Administração

Pública Direta e Indireta, atualizado diariamente e sistematizado por regiões, estados e municípios; conforme documentos ([informar nº SEI](#)).

OBSERVAÇÕES:

- i. Devem ser priorizados os parâmetros “a” e “b” e, no caso de impossibilidade de sua utilização, apresentar justificativa nos autos.
- ii. Observar os seguintes prazos para a pesquisas de preços, a fim de que haja tempo hábil para a realização da análise de conformidade da instrução processual:

CRITÉRIO	PRAZO
Sistemas Oficiais de Governo	até 9 (nove) meses de antecedência da data do envio do processo à PROPLAD
Contratações similares feitas pela Administração Pública	até 9 (nove) meses de antecedência da data do envio do processo à PROPLAD
Dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo	até 3 (três) meses de antecedência da data do envio do processo à PROPLAD
Pesquisa direta com fornecedores	até 3 (três) meses de antecedência da data do envio do processo à PROPLAD
Base nacional de notas fiscais eletrônicas	até 9 (nove) meses de antecedência da data do envio do processo à PROPLAD
Banco de Preços	até 9 (nove) meses de antecedência da data do envio do processo à PROPLAD

iii. Poderão ser utilizadas pesquisas que enquadradas nas opções “a” e “b” e que estejam compreendidas em período superior a 9 (nove) meses de antecedência da data do envio do processo à PROPLAD, desde que os preços sejam atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

iv. Ao utilizar a opção “f”, deve-se dar preferência à utilização de preços de contratações distintas, devendo constar justificativa nos autos caso não seja possível (Relatório Preliminar de Auditoria nº 007/2021, 1.1.2. Informação 02).

v. Deverão ser utilizados, como métodos para obtenção do preço estimado, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um **conjunto de três ou mais preços**, oriundos de um ou mais dos parâmetros acima, desconsiderando os valores inexequíveis, inconsistentes e os excessivamente elevados.

vi. Orientamos que nos casos em que os dados da pesquisa são apresentados de forma mais heterogênea e com pequeno número de observações, a mediana seja utilizada como metodologia para obtenção do preço estimado, por ser menos influenciada por valores discrepantes (*outliers*). (Relatório Final de Auditoria nº 13/2021, Informação 07).

vii. Quando o preço estimado for obtido com base na opção “a” (IN SEGES/ME nº 65/2021, art. 5º, I), o valor não poderá ser superior à mediana do item nos sistemas consultados.

METODOLOGIA PARA CÁLCULO DO PREÇO ESTIMADO

A metodologia utilizada para estimar o valor informado no Termo de Referência, conforme documento SEI nº ([informar nº SEI do documento com memória de cálculo](#)), se deu por:

- Menor preço
- Média
- Mediana

Outros (informar e justificar a metodologia utilizada): _____

OBSERVAÇÃO: Apresentar justificativa, se aplicável, para a desconsideração de valores inexequíveis, inconsistentes e excessivamente elevados.

2) Por se tratar de aquisição de solução de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, constante nos Catálogos de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, publicado pela SGD/SEDGG/ME, e considerando art. 8º da IN SEGES/ME nº 65/2021, o embasamento do valor estimado do Termo de Referência se deu por:

- a) Preço do item constante no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, conforme documento(s) (informar nº SEI);
- b) Pesquisa de preços realizada conforme parâmetros constantes no item “1” deste documento, que resultou em valor inferior aos registrados no Catálogo de Soluções de TIC com Condições Padronizadas, conforme documento(s) (informar nº SEI);
- c) Estimativa de preço constante em modelo de contratação de soluções de TIC, publicado pela SGD, conforme documento(s) (informar nº SEI).

OBSERVAÇÃO: Os casos enquadrados neste item não excluem a necessidade de realização de pesquisa de preços, conforme parâmetros estabelecidos no item “1”, para efeito de comparação.

3) Por se tratar de serviços de terceirização (serviços contínuos com mão de obra exclusiva), o embasamento do valor estimado do Termo de Referência se deu por:

- a) Convenção Coletiva, conforme documentos (informar nº SEI).
- b) Outros (especificar), conforme documentos (informar nº SEI).

4) Por se tratar de obras ou serviços de engenharia, e conforme Decreto nº 7.983/2013 e Lei nº 14.133/2021, art. 23, § 2º, o embasamento do valor estimado no Termo de Referência se deu por:

- a) Composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente da tabela SINAPI/SEINFRA, conforme documento(s) (informar nº SEI).
- b) Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência aprovada formalmente aprovada pelo Poder Executivo Federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, **contendo a data e hora de acesso**, conforme documento(s) (informar nº SEI).
- c) Contratações similares feitas pela Administração Pública, observado o índice de atualização de preços correspondente, conforme documento(s) (informar nº SEI).
- d) Base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento; conforme documento(s) (informar nº SEI).

OBSERVAÇÃO: A opção “c” deve referir-se a contratações firmadas no período de até 9 (nove) meses de antecedência da data do envio do processo à PROPLAD; para que haja tempo hábil para análise de conformidade da instrução processual.

ATENÇÃO: Este documento deve ser assinado pelo servidor que realizou a pesquisa e pela autoridade máxima da unidade demandante.